

Luta da APEOESP, Fórum Estadual de Educação e estudantes incorporou avanços no Plano Estadual de Educação

O Plano Estadual de Educação (Lei 16.279/2016), aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no dia 14 de junho e sancionado em 08 de julho pelo governador, representou um avanço em relação ao projeto original do governo estadual (PL 1083/2015), apresentado à Alesp em agosto do ano passado.

O único veto do governador foi ao artigo 8º já que, inadvertidamente, manteve-se como data de referência para o prazo da legislação própria de gestão democrática o início da vigência do Plano Nacional de Educação. Entretanto, a meta 19 do PEE trata exclusivamente da gestão democrática.

O texto final do PEE aprovado, com todas as suas metas e estratégias, tem que ser avaliado à luz da correlação de forças na Assembleia Legislativa, onde a maioria dos parlamentares subscreveu e apoiou o projeto do governo estadual. A bancada do PT subscreveu o Substitutivo nº 2, contendo a proposta do Fórum Estadual de Educação – que reúne 75 entidades. A bancada do PSOL subscreveu o Substitutivo nº 1: a proposta das universidades.

A aprovação da proposta do governo estadual, tal como foi apresentada à Alesp, significaria um grave retrocesso para a educação pública estadual; um plano apenas para cumprir calendário e não propriamente a produção de uma política educacional para o estado de São Paulo.

Mais adiante, neste texto, apresentaremos uma breve análise sobre o conteúdo do PEE aprovado. Antes, porém, é importante registrar que a luta da APEOESP por um Plano Estadual de Educação democrático e emancipador vem de muitos anos atrás.

A luta da APEOESP por uma política de Estado para a educação

No final da década de 1990, tomamos a iniciativa de rearticular, juntamente com outras entidades educacionais e da sociedade civil e movimentos populares, o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP). Dos ricos debates e estudos realizados pelo FEDEP originou o Plano Estadual de Educação da Sociedade Paulista, que foi protocolado como projeto de lei na Assembleia Legislativa em 2003, mas jamais chegou a ser votado.

A partir de 2011, já com vistas a um novo Plano Estadual de Educação – no momento em que estava em debate o novo Plano Nacional de Educação (PNE) – a APEOESP tomou a iniciativa de propor a criação do Fórum Estadual de Educação, que reunia, inicialmente, 29 entidades.

Nosso Sindicato passou a lutar para que o Fórum se tornasse um órgão institucional de representação da sociedade civil organizada junto à Secretaria Estadual da Educação. Em 2011, durante audiência pública na Assembleia Legislativa, obtivemos o compromisso da Secretaria Estadual da Educação de institucionalizar o Fórum, ficando o então secretário adjunto, professor João Cardoso Palma Filho, responsável por esta providência. Em fevereiro de 2013 o Fórum foi institucionalizado por meio de Resolução do Secretário da Educação, ampliando-se e contando hoje com a adesão de 75 entidades educacionais, estudantis, centrais sindicais, populares e da sociedade civil organizada.

Fórum decide elaborar o PEE

Inicialmente, o Fórum Estadual de Educação decidiu, por maioria, que proporia somente diretrizes para o PEE. A APEOESP, juntamente com outras entidades que discordaram desta decisão, ingressou com recurso, com base no próprio Regimento do Fórum. A decisão foi revertida e a partir de então o Fórum começou a trabalhar para produzir o Plano Estadual de Educação, com todas as suas metas e estratégias.

Desde o primeiro momento a APEOESP participou ativamente da elaboração da proposta de PEE. Embora nossa entidade tenha concentrado seu foco em metas como a valorização dos profissionais da educação (meta 17), carreira (meta



18), gestão democrática (meta 19) e financiamento (meta 20), além do texto da lei e a formação (meta 16), demos contribuições em praticamente todas as demais metas e estratégias.

O Fórum encaminhou sua proposta à Instância Especial composta pelo coordenador do próprio Fórum, representantes da Secretaria da Educação e do Conselho Estadual. Esta Instância Especial, entretanto, alterou de forma substancial a proposta inicial do FEESP, sobretudo no que se refere à valorização dos profissionais da educação, carreira, gestão democrática e financiamento. Acrescentou também 3 novas metas, sem nenhum debate: a meta 21 (municipalização); meta 22 (flexibilização curricular do ensino médio – que chamávamos de “currículo a la carte”); e meta 23 (formação específica para os funcionários).

Pressão total sobre o governo e a Alesp

O PEE nunca saiu da nossa pauta. Mesmo durante a nossa greve de 92 dias em 2015 e a luta contra a reorganização das escolas, tomei diversas iniciativas junto a lideranças da Alesp e ao próprio governo no sentido de pontuar as questões fundamentais pelas quais lutávamos e trabalhar para modificar o projeto do governo para recuperar as propostas originais do Fórum.

No segundo semestre, o governo estadual tentou acelerar a tramitação do PEE, em regime de urgência, para evitar que fossem feitas alterações. Novamente nos mobilizamos, em conjunto com outros setores e conquistamos seis audiências públicas para debater o PEE: Sorocaba, Campinas, Araraquara, Rio Preto, Santos e, finalmente, no dia 27/10, no plenário da Alesp. Nesta, como nas anteriores, com a presença do então secretário da Educação, pontuamos as divergências entre as propostas.

Em 2016, estivemos inúmeras vezes na Alesp para conversarmos com o presidente, no Colégio de Líderes e outros espaços para que a Casa realizasse nova audiência pública, com o atual secretário, para que pudéssemos reivindicar mudanças no plano. Infelizmente, por três vezes a Alesp e o governo não cumpriram o que fora combinado, mas finalmente no dia 31 de maio a audiência realizou-se com a presença do secretário José Renato Nalini, abrindo positivas para as conversas que já vinham se realizando entre a APEOESP e o Fórum Estadual de Educação com a Secretaria da Educação e com a liderança do governo na Assembleia.

Mobilização e negociação

No dia 14 de junho, nossa categoria esteve presente em peso na Alesp para acompanhar a votação e pressionar pela incorporação das emendas que a APEOESP e o Fórum apresentaram para recuperar as questões essenciais contidas no PEE elaborado pelo Fórum. Como resultado dos entendimentos realizados, a proposta aprovada pelos deputados estaduais

incorporou, por meio de emenda aglutinativa, a totalidade das emendas apresentadas pela APEOESP, acordadas com a Secretaria Estadual de Educação e com o líder do governo.

Sistema Estadual de Educação e gestão democrática

Entre os principais pontos que foram incorporados ao projeto de lei do governo, a criação do Sistema Estadual de Educação significa que o debate sobre municipalizar ou não o ensino e a necessidade de um pacto entre Estado e Municípios devem estar contidos neste Sistema Estadual de Educação. Além disso, a gestão democrática foi incorporada no PEE aprovado. Se no ano passado vigorasse a gestão democrática na rede estadual de ensino, o então Secretário Estadual da Educação não teria tido a desfaçatez de apresentar a proposta de fechamento de 94 escolas sem debater com a comunidade escolar e a sociedade.

Monitoramento do plano e papel do FEESP

Foi aprovado acompanhamento e monitoramento da execução das metas e estratégias, durante a vigência do plano, que é decenal. Em dez anos, portanto, suas metas e estratégias devem ser cumpridas. Este acompanhamento e monitoramento será feito por um conjunto de instituições composto por: Secretaria Estadual da Educação; Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa; Fórum Estadual de Educação; Conselho Estadual de Educação; a seção estadual da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino.

É muito importante destacar que no corpo da lei do Plano Estadual de Educação consta também que o Fórum Estadual de Educação tem a atribuição de coordenar a realização da Conferência Estadual de Educação, precedida de conferências municipais, a cada 4 anos, avaliar a implementação do atual PEE e propor o Plano Estadual de Educação subsequente.

Valorização dos profissionais da educação

No global, este plano avança ainda em pontos importantes como a implementação da meta 17, que prevê “Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar, no estado de São Paulo, até o final do sexto ano de vigência do PEE, seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.”

A estratégia 18.20 prevê a equiparação de direitos entre os profissionais da educação temporários e os profissionais efetivos. Hoje os professores da chamada categoria O são contratados por três anos, mas não têm os mesmos

direitos da carreira do magistério assegurados aos demais professores, embora realizem o mesmo trabalho.

Destacamos:

- Criação do Sistema Estadual de Educação.
- Legislação específica para a gestão democrática, retirando-se a menção à meritocracia.
- Equiparação salarial do magistério com demais profissionais com formação equivalente (meta 17), no prazo de seis anos.
- Nova carreira que valorize o trabalho e a experiência dos profissionais da educação.
- Promover o Regime de Dedicção Plena e Exclusiva por meio de incentivos incorporáveis aos salários.
- Implantação da jornada do piso.
- Revisão anual dos salários.
- Ampliar as fontes de financiamento a partir de propostas de alteração no sistema tributário, que permitam maior disponibilização de recursos para a educação e assegurem maior justiça social, aplicando de forma efetiva e transparente os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Custo-aluno-qualidade.
- Adequação, até 2020, da relação numérica professor-estudantes nas classes, de acordo com padrões sanitários, técnicos e diretrizes pedagógicas, níveis e modalidades de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais.
- Assegurar, até a vigência deste plano, a toda a população acima de 18 anos que tenha concluído o Ensino Fundamental, acesso ao Ensino Médio, público, gratuito e de qualidade.
- Retirada das metas 21 e 22, respectivamente sobre a municipalização do ensino e flexibilização curricular do ensino médio, passando a formação para os funcionários das escolas a ser a meta 21. Também foram retiradas todas as menções à lei de Responsabilidade Fiscal em todo o texto do Plano Estadual de Educação.

Faltou a temática da diversidade, mas vamos continuar debatendo e ocupando as ruas

Não podemos, finalmente, deixar de registrar o retrocesso neste PEE em relação às questões de gênero e étnico-raciais. Este retrocesso reflete a correlação de forças conservadora no Congresso Nacional, que não permitiu que o Plano Nacional de Educação contemplasse essas questões, assim como Estados e Municípios também não incorporaram essas questões nos seus planos de educação. Basta assistir aos estúpos coletivos que continuam a ocorrer, assim como, continuam a serem assassinados jovens negros nas periferias. Amplia-se o ódio, a homofobia, a intolerância no dia a dia da sociedade brasileira.

O fato destas temáticas não estarem previstas no Plano, não significa que deixaremos de debater nas escolas e de ocupar as ruas.

Por outro lado, esta onda conservadora avança no interior das salas de aula. Estados e Municípios têm aprovado em seus parlamentos a chamada “escola sem partido”, o que na realidade significa a imposição de uma única ideologia, a do chamado partido único. A APEOESP não defende que se ensine ideologia partidária; contudo, defendemos a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas nas escolas. Defendemos também a laicidade da educação pública.

Perspectivas

Para a nossa categoria, abre-se uma nova etapa, na qual lutaremos para que todos os dispositivos conquistados, e que significaram avanços, sejam de fato implementados. Emergencial, para nós, é a luta por reajuste salarial. Em agosto deste ano, completamos dois anos sem reajuste. Neste período já se acumulam perdas de 16.6%. O próprio governo, ao incorporar no PEE a meta 17, reconhece que é necessário valorizar a nossa categoria.

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

EMENDAS INCORPORADAS

Redação original do projeto de lei 1083/2015	Lei 16.279, de 8 de julho de 2016
ÍNTEGRA DA LEI	
Artigo 1º - Fica aprovado o Plano Estadual de Educação - PEE, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Sem alterações
Parágrafo único - O Plano Estadual de Educação terá o prazo de vigência de 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta lei, podendo, excepcionalmente, ser acrescido de um 1 (um) ano, para atendimento das peculiaridades do sistema de ensino do Estado de São Paulo.	
	Artigo 2º - São diretrizes do PEE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado de São Paulo e do País; VIII - valorização dos (as) profissionais da educação; IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental
Artigo 2º - As metas e estratégias, constantes do Anexo desta lei, serão cumpridas na vigência do PEE, observados os prazos previstos para a respectiva consecução.	Passou a ser artigo 3º - sem alterações
Artigo 3º - O monitoramento da execução do PEE e do cumprimento de suas metas, por meio de avaliações periódicas, será realizado pelas seguintes instâncias: I - Secretaria Estadual da Educação - SEE; II - Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa; III - Conselho Estadual de Educação; IV - Fórum Estadual de Educação; V - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.	Passou a ser artigo 4º - sem alterações
§ 1º - Compete às instâncias referidas nos incisos I a V deste artigo: 1 - analisar e propor políticas públicas de âmbito estadual para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; 2 - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da "internet"; 3 - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público estadual em educação, observado o disposto nos artigos 5º e 10 da Lei federal nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação. 4 - avaliar a execução das metas e estratégias do PEE e subsidiar a elaboração do Plano Estadual da Educação para o decênio subsequente.	Sem alterações
§ 2º - A cada 2 (dois) anos, ao longo da vigência do PEE, os órgãos estaduais realizarão e divulgarão estudos e pesquisas para aferir a evolução no cumprimento das metas e estratégias estabelecidas.	Sem alterações
Novo artigo >	Artigo 5º - O Fórum Estadual de Educação promoverá a articulação da Conferência Estadual de Educação com as conferências municipais e intermunicipais que as precederem, com um intervalo de até quatro anos entre elas, em consonância com as atribuições das instâncias responsáveis pelo monitoramento do Plano Estadual de Educação que tem o objetivo de avaliar a execução das respectivas metas e estratégias e subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Educação para o decênio subsequente.
Artigo 4º - O Estado de São Paulo atuará em regime de colaboração com a União e os municípios, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias estabelecidas no PEE.	Passou a ser artigo 6º - sem alterações
§ 1º - Caberá aos gestores estaduais e municipais adotar as medidas necessárias para consecução das metas previstas no PEE.	Sem alterações
§ 2º - O Estado deverá adotar as medidas adicionais e os instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os municípios, para o acompanhamento local da consecução das metas do PEE e dos Planos Municipais de Educação.	Sem alterações
§ 3º - Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, asseguradas a consulta prévia e a informação.	Sem alterações
§ 4º - Será considerado o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.	Sem alterações
§ 5º - Será assegurada a participação das famílias no acompanhamento da execução das metas e estratégias do PEE nas instâncias dos Conselhos de Escola e demais colegiados, na forma da lei.	Sem alterações
Novo parágrafo >	§ 6º - Será criada uma instância permanente de negociação e pactuação entre o Estado de São Paulo e os seus respectivos Municípios, que garanta o fortalecimento do regime de colaboração.
Artigo 7º - O Poder Público deverá reorganizar, no prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação desta lei, o Sistema Estadual de Ensino, responsável pela articulação, em regime de colaboração, e pela consecução das diretrizes, metas e estratégias do PEE.	Artigo 7º - O Poder Público deverá, no prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação desta lei, instituir em lei específica o Sistema Estadual de Educação, responsável pela articulação, em regime de colaboração, e pela consecução das diretrizes, metas e estratégias do PEE.
Novo artigo >	Artigo 8º - O Estado de São Paulo e seus respectivos e seus respectivos Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação básica, nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei Federal nº 13.005, de junho de 2014. (VETADO)
Artigo 6º - A avaliação de desempenho dos estudantes em exames poderá ser diretamente realizada pela União, conforme estabelecido no PNE, ou, mediante acordo de cooperação, pelo Estado, no respectivo sistema de ensino e, ainda, considerando o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, assegurada a compatibilidade com escalas de proficiência e calendário dos dois sistemas.	Passou a ser artigo 9º. sem alterações
Artigo 7º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Estado serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PEE, observadas a disponibilidade das fontes de financiamento e as disposições e limites da legislação vigente.	Passou a ser artigo 10 – alterado - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Estado serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PEE.

ANEXO – METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até 2023.

Sem alterações

Estratégias da meta 1

1.1. Expandir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de São Paulo e os respectivos municípios, as redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais, principalmente a demanda em áreas rurais.

1.1 - Expandir, em regime de colaboração com a União, os Municípios, as redes públicas de educação infantil de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos no Custo-Aluno-Qualidade (CAQ) previsto no Plano Nacional de Educação, considerando as peculiaridades locais, principalmente a demanda em áreas rurais.

1.2. Contemplar, na formulação de políticas para a Educação Infantil, princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, fundamentais à democratização do acesso, permanência e aprendizagem significativa

Sem alterações

1.3 - Dotar todas as unidades de educação com recursos pedagógicos compatíveis com o padrão nacional de qualidade.

1.3 – Dotar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a redes públicas com recursos pedagógicos compatíveis com o Custo-Aluno-Qualidade (CAQ) previsto no Plano Nacional de Educação.

1.4. Compor nas unidades escolares de Educação Infantil quadro suficiente de profissionais da educação devidamente habilitados e com formação adequada.

Sem alterações

1.5. Garantir, em regime de colaboração entre o Estado, os municípios e a União, a equidade na oferta do atendimento educacional nas diversas regiões administrativas, a partir de estudo de demanda atualizado periodicamente.

Sem alterações

1.6. Fomentar políticas públicas de educação, saúde e assistência social, de modo a construir mecanismos que possibilitem que crianças em situação de maior vulnerabilidade social tenham prioridade de matrículas em creche.

Sem alterações

1.7. Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar o atendimento.

Sem alterações

1.8. Estabelecer, em regime de colaboração, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de chamada pública, para identificar a demanda por creches.

Sem alterações

1.9. Apoiar a implantação, em regime de colaboração com a União, de avaliação da educação infantil com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir infraestrutura física, quadro de pessoal, condições de gestão, recursos pedagógicos, situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes, em especial para municípios de pequeno porte.

Sem alterações

1.10. Fortalecer e criar mecanismos, no regime de colaboração, que assegurem o monitoramento das crianças na Educação Infantil, em especial aos beneficiários de programas de transferência de renda, com a participação das famílias, integrando os serviços de assistência social, saúde e proteção à infância.

Sem alterações

1.11. Apoiar a articulação para a oferta pelos municípios de matrículas gratuitas em creches certificadas com entidades beneficentes de assistência social na área de educação, para a expansão da oferta na rede escolar pública.

Sem alterações

1.12. Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, em regime de colaboração com a União e os municípios, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior, principalmente para os municípios de pequeno porte ou localizados em áreas distantes dos centros universitários, garantindo que tal formação seja feita em polos presenciais.

Sem alterações

1.13. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, em regime de colaboração com a União e os municípios, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

Sem alterações

1.14. Fomentar, em regime de colaboração com a União e os municípios, o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantidas consulta prévia e informação.

Sem alterações

1.15. Estimular o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, em regime de colaboração, em especial para os municípios de pequeno porte.

Sem alterações

1.16. Fomentar a implementação pelos municípios, em caráter complementar, de programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

Sem alterações

1.17. Preservar, em regime de colaboração com a União e os municípios, as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental.

Sem alterações

1.18. Estimular a busca ativa, pelos municípios, de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.

Sem alterações

1.19. Tornar a escola um espaço comunitário que proporcione a qualidade da aprendizagem e de vida no campo, criando condições para que os estudantes e a comunidade local possam acessar as mais diversas tecnologias e demais instrumentos necessários ao seu desenvolvimento intelectual, social e cultural.

Sem alterações

1.20. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa estadual de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.

Sem alterações

1.21. Oferecer, inicialmente, matrículas em período parcial para crianças na etapa da creche e ampliar progressivamente o tempo escolar, à medida que a meta de atendimento seja alcançada.

Sem alterações

Meta 2 - Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PEE.

Sem alterações

Estratégias da meta 2	
2.1. Desenvolver, em articulação e colaboração com os municípios, até o final do 2º (segundo) ano de vigência do plano, atividades de apoio ao cumprimento da base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.	Sem alterações
2.2. Coordenar o alinhamento entre as redes públicas estadual e municipais em relação aos currículos, em especial na articulação da passagem do 5º (quinto) ao 6º (sexto) ano, assegurando aos alunos percurso escolar harmonioso.	Sem alterações
2.3. Criar mecanismos para acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental, inclusive no que se refere à frequência irregular e à evasão, para garantir a conclusão dessa etapa de ensino.	Sem alterações
2.4. Fortalecer, em colaboração com os municípios, o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda.	Sem alterações
2.5. Criar e fortalecer, em colaboração com os municípios, mecanismos de acompanhamento e monitoramento das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Sem alterações
2.6. Promover, em regime de colaboração com os municípios, a chamada pública de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Sem alterações
2.7. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.	Sem alterações
2.8. Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.	Sem alterações
2.9. Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares e garantir o fortalecimento das escolas como polos de criação e difusão cultural	Sem alterações
2.10. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre escola e família.	Sem alterações
2.11. Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.	Sem alterações
2.12. Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	Sem alterações
2.13. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo às habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.	Sem alterações
Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	Sem alterações
Estratégias da meta 3	
3.1. Estimular a flexibilização dos tempos e espaços escolares, de modo a permitir a construção de currículos e itinerários formativos que melhor respondam à heterogeneidade e à pluralidade das condições, interesses e aspirações dos estudantes, assegurando o desenvolvimento pleno dos educandos e a formação comum como direitos, conforme o artigo 205 da Constituição Federal e o artigo 22 da LDB.	Sem alterações
3.2. Fomentar no Ensino Médio, em todas as suas modalidades, o desenvolvimento integrado, multi e interdisciplinar dos componentes curriculares obrigatórios e eletivos, articulados em dimensões: trabalho, ciência, tecnologia, cultura, esporte e pesquisa, como eixo articulador das áreas do conhecimento indicadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, garantindo a correspondente formação continuada dos professores	Sem alterações
3.3. Aprimorar as avaliações da educação básica no Estado - SARESP, a fim de que se tornem recursos pedagógicos efetivos, transformando os resultados das avaliações em instrumentos de gestão pedagógica do currículo.	Sem alterações
3.4. Garantir a oferta pública e a qualidade do Ensino Médio noturno, em suas diferentes modalidades, a todos os jovens e adultos.	3.4. Garantir a oferta pública e a qualidade do Ensino Médio noturno, em suas diferentes modalidades, a todos os jovens e adultos, inclusive com a garantia da oferta de alimentação escolar.
3.5. Garantir políticas públicas e iniciativas direcionadas ao Ensino Médio da população do campo, indígena e quilombola.	Sem alterações
3.6. Garantir, como apoio ao desenvolvimento do currículo, disponibilização de materiais didáticos, espaços e instalações às escolas públicas de Ensino Médio.	Sem alterações
3.7. Diminuir as taxas de abandono e evasão, pela adoção de estratégias pedagógicas, formação de professores e melhoria da infraestrutura escolar.	3.7. Diminuir as taxas de abandono e evasão, pela adoção de estratégias pedagógicas, formação de professores, melhoria da infraestrutura escolar e garantia da oferta da alimentação escolar.
3.8. Redimensionar a oferta do Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, atendendo às necessidades específicas dos alunos.	Sem alterações
3.9. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por qualquer forma de preconceito e discriminação.	Sem alterações
3.10. Estabelecer programa de formação inicial e continuada de professores para atuação nas áreas de conhecimento com carência de recursos humanos habilitados.	Sem alterações
Nova estratégia >	3.11. Estabelecer mecanismos de recuperação das escolas que apresentarem avaliação negativa no SARESP.
Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Sem alterações
Estratégias da meta 4	
4.1. Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público.	Sem alterações

4.2. Garantir oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência ou de transtorno global do desenvolvimento, e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento pedagógico especializado.	Sem alterações
4.3. Implantar Salas de Atendimento Educacional Especializado e fomentar a formação continuada dos profissionais da educação, para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas e dos sistemas de cumprimento de medidas socioeducativas.	Sem alterações
4.4. Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.	Sem alterações
4.5. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos (EJA), das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	Sem alterações
4.6. Garantir o Atendimento Educacional Especializado, Classes Regidas por Professor Especializado (CRPE), escolas ou serviços educacionais especializados aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na educação básica pública.	Sem alterações
4.7. Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, que desenvolvam pesquisas sobre a temática, e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia para apoiar o trabalho dos profissionais da Educação Básica.	Sem alterações
4.8. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos.	Sem alterações
4.9. Promover, em regime de colaboração com os municípios, parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático, assim como os serviços de acessibilidade necessários à aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.	Sem alterações
4.10. Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento pedagógico especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, cuidadores, professores interlocutores de LIBRAS e guias-intérpretes para surdo-cegos.	Sem alterações
Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.	Sem alterações
Estratégias da meta 5	
5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.	Sem alterações
5.2. Garantir instrumentos de avaliação, periódicos e específicos, de modo a aferir a alfabetização ao final do segundo ano do Ensino Fundamental, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a implementar medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do 2º (segundo) ano.	Sem alterações
5.3. Garantir a alfabetização nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática, articulada com a alfabetização inicial, de forma a garantir a continuidade do processo de aprendizagem entre os ciclos.	Sem alterações
5.4. Identificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados.	Sem alterações
5.5. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	Sem alterações
5.6. Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção e disponibilização de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural e o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e quilombolas.	Sem alterações
5.7. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação "stricto sensu" e as ações de formação continuada.	Sem alterações
5.8. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando suas especificidades, sem estabelecimento de terminalidade temporal, bem como garantir a alfabetização bilíngue de pessoas surdas	Sem alterações
Meta 6 - Garantir educação integral em todos os níveis e modalidades de ensino e assegurar educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos na educação básica.	Sem alterações
Estratégias da metas 6	
6.1. Garantir educação integral a todos os alunos da educação básica, promovendo a elaboração de currículo que amplie as oportunidades formativas, propiciando o desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e jovens, a partir de suas interações com conhecimentos, valores, culturas, identidades, memórias, afetividades e imaginários.	Sem alterações
6.2. Estimular o protagonismo dos educandos por meio de estratégias e metodologias curriculares, que integrem conhecimentos, competências e habilidades, contemplando seu desenvolvimento integral.	Sem alterações
6.3. Garantir consonância entre as políticas de educação integral e o Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar, orientando-se pelos princípios democráticos e participativos.	Sem alterações

6.4. Fomentar estratégias e metodologias de aprendizagem que aproximem a escola da comunidade, permitindo ao aluno conhecer e explorar o contexto no qual está inserido, aumentando o entendimento da escola como referência significativa na formação integral dos jovens.	Sem alterações																				
6.5. Fortalecer estratégias de fixação dos docentes nas escolas, de forma a estimular a continuidade dos programas de Educação Integral.	Sem alterações																				
6.6. Garantir a infraestrutura necessária para o atendimento da educação em tempo integral, no que se refere a espaço, laboratórios, salas de leitura, equipamentos de informática e recursos didático-pedagógicos.	Sem alterações																				
6.7. Estimular, em regime de colaboração, a apropriação dos espaços e equipamentos públicos e privados, articulando ações entre esses e as escolas, de forma a viabilizar a extensão do tempo de permanência do aluno em atividades correlacionadas ao currículo.	Sem alterações																				
6.8. Garantir ações formativas aos professores que atuam em jornada ampliada, de forma a capacitá-los para atuação nos variados modelos pedagógicos e de gestão adotados para o atendimento dos alunos da educação básica em tempo integral.	Sem alterações																				
6.9. Garantir, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que a permanência dos alunos em tempo integral na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.	Sem alterações																				
6.10. Atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.	Sem alterações																				
6.11. Oferecer a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.	Sem alterações																				
6.12. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, regional e nacional, na perspectiva intersetorial da gestão pública, constituindo rede de proteção social para crianças, adolescentes e jovens.	Sem alterações																				
<p>Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB no Estado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>IDEB</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos Iniciais do Ensino Fundamental</td> <td>6,0</td> <td>6,3</td> <td>6,5</td> <td>6,7</td> </tr> <tr> <td>Anos Finais do Ensino Fundamental</td> <td>5,4</td> <td>5,6</td> <td>5,9</td> <td>6,1</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>4,5</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,4</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: INEP</p>	IDEB	2015	2017	2019	2021	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	6,0	6,3	6,5	6,7	Anos Finais do Ensino Fundamental	5,4	5,6	5,9	6,1	Ensino Médio	4,5	5,0	5,2	5,4	Sem alterações
IDEB	2015	2017	2019	2021																	
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	6,0	6,3	6,5	6,7																	
Anos Finais do Ensino Fundamental	5,4	5,6	5,9	6,1																	
Ensino Médio	4,5	5,0	5,2	5,4																	
Estratégias da meta 7																					
7.1. Assegurar a centralidade do currículo como articulador de atividades, programas e recursos pedagógicos.	Sem alterações																				
7.2. Garantir a articulação entre currículo e avaliação, e o uso dos resultados na reorientação da prática pedagógica.																					
7.3. Assegurar, na gestão pedagógica, o aprimoramento das ações de formação continuada para o fortalecimento e diversificação do currículo, o uso dos resultados de avaliação para reorientar a prática pedagógica e a definição dos processos de recuperação da aprendizagem.	Sem alterações																				
7.4. Fortalecer o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.	Sem alterações																				
7.5. Assegurar, na rede pública estadual, a implementação descentralizada das políticas e diretrizes educacionais, com foco na melhoria do processo ensino-aprendizagem.	Sem alterações																				
7.6. Orientar as políticas das redes públicas, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência do PEE, as diferenças entre as médias dos índices dos municípios.	Sem alterações																				
7.7. Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, melhoria contínua da qualidade educacional, formação continuada dos profissionais da educação e aprimoramento da gestão democrática.	Sem alterações																				
7.8. Assegurar, em cada uma das redes, as metas do IDEB estabelecidas pelo Ministério da Educação.	Sem alterações																				
7.9. Participar de pactuação interfederativa, que estabeleça e implante diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano dos Ensinos Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.	Sem alterações																				
7.10. Assegurar que: <ul style="list-style-type: none"> a) no 5º (quinto) ano de vigência do PEE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável. b) no último ano de vigência do PEE, todos os estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável. 	Sem alterações																				
7.11. Participar, em regime de colaboração com a União e os municípios, na elaboração de um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.	Sem alterações																				
7.12. Formalizar e executar o Plano de Ações Articuladas (PAR) em cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública estadual e às estratégias de apoio técnico e financeiro, voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	Sem alterações																				
7.13. Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.	Sem alterações																				

7.14. Fixar, acompanhar e divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do SARESP, relativos às escolas do sistema estadual, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

Sem alterações

7.15. Melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções para o Estado:

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

7.16. Incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para os Ensinos Fundamental e Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas e o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

Sem alterações

7.17. Garantir transporte gratuito para todos os estudantes do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades do Estado e municípios, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

Sem alterações

7.18. Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.

Sem alterações

7.19. Universalizar, até o quinto ano de vigência do PEE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/ aluno nas escolas da rede pública estadual de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

Sem alterações

7.20. Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros às escolas da rede pública estadual, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e da gestão democrática.

Sem alterações

7.21. Ampliar e aprofundar, em regime de colaboração, ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de suplementação de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Sem alterações

7.22. Assegurar, em regime de colaboração com os municípios, às escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos.

Sem alterações

7.23. Garantir às escolas públicas estaduais o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

Sem alterações

7.24. Prover, em regime de colaboração com a União e os municípios, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar para as escolas públicas da educação básica, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas e/ou salas de leitura nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a "internet".

Sem alterações

7.25. Colaborar com a União no objetivo de viabilizar, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da lei do PEE, a implantação do Custo-Aluno-Qualidade inicial, como instrumento para a melhoria da qualidade do ensino.

Sem alterações

7.26. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas estaduais, bem como manter ações de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das escolas públicas e da Secretaria de Educação.

Sem alterações

7.27. Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, favorecendo a adoção das providências adequadas para viabilizar a construção da cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

Sem alterações

7.28. Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sem alterações

7.29. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil.

Sem alterações

7.30. Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

Sem alterações

7.31. Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar do campo e de comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência.

Sem alterações

7.32. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. 7.33. Promover a articulação de ações com outras áreas, como saúde, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral aos alunos, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

Sem alterações

7.33. Promover a articulação de ações com outras áreas, como saúde, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral aos alunos, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.34. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Sem alterações
7.35. Fortalecer o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, com a participação, por adesão, das redes municipais de Ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.	Sem alterações
7.36. Promover, com especial ênfase e em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários, técnicos em bibliotecas escolares e agentes da comunidade para atuarem como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	Sem alterações
7.37. Promover a regulamentação da educação básica oferecida pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.	Sem alterações
Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar o mínimo de 12 (doze) anos de estudo até o último ano de vigência do PEE, para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade dos municípios do Estado de São Paulo, dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.	Sem alterações
Estratégias da meta 8	
8.1. Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais.	Sem alterações
8.2. Implementar políticas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	Sem alterações
8.3. Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio.	Sem alterações
8.4. Buscar a expansão da oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação, que atuam no Estado, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede pública, para os segmentos populacionais considerados.	Sem alterações
8.5. Efetivar, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, e identificar motivos de absenteísmo para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública estadual de ensino.	Sem alterações
8.6. Efetivar busca ativa, em colaboração com os municípios, de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.	Sem alterações
Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 97,5% (noventa e sete inteiros e cinco décimos por cento) até o 5º (quinto) ano de vigência do PEE e, até o final da vigência, superar o analfabetismo absoluto e reduzir em pelo menos 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no Estado de São Paulo.	Sem alterações
Estratégias da meta 9	
9.1. Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração com municípios, a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	Sem alterações
9.2. Realizar diagnóstico, em regime de colaboração com municípios, dos jovens e adultos com Ensinos Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na respectiva educação.	Sem alterações
9.3. Garantir, em regime de colaboração entre Estado e municípios, continuidade e ampliação das ações de alfabetização de jovens e adultos, com garantia de continuidade da escolarização básica.	Sem alterações
9.4. Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, com ampla divulgação, utilizando recursos audiovisuais e meios de comunicação de massa, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil e com outras Secretarias estaduais.	Sem alterações
9.5. Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de ações suplementares de transporte e alimentação e articulação com a área da saúde.	Sem alterações
9.6. Apoiar técnica e financeiramente ações inovadoras na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às suas necessidades específicas.	Sem alterações
9.7. Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.	Sem alterações
9.8. Sensibilizar interna e externamente os agentes da educação em relação à modalidade de EJA como direito, garantindo vários modelos de atendimento (CEEJA, CIEJA, CIEJA Ensino Médio, EJA FIC, EJAS Jovem, MOVA, EJA modular).	Sem alterações
9.9. Promover o direito à educação de qualidade e implementar políticas públicas de EJA, realizando os investimentos necessários.	Sem alterações
9.10. Garantir o acesso e permanência dos educandos da EJA na alfabetização e sua continuidade nos Ensinos Fundamental e Médio, de maneira compartilhada, nas redes municipais e estadual de ensino.	Sem alterações
9.11. Criar metodologia específica para o trabalho com a EJA, em consonância com os princípios defendidos nos documentos dos ENEJAs - "Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos", dos EREJAs - "Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos", da conferência preparatória da "VI Confintea - Conferência Internacional de Educação de Adultos" e dos documentos das conferências internacionais.	Sem alterações
9.12. Propor alterações nos cursos de pedagogia e licenciaturas, estabelecendo diretrizes para a formação em EJA na pedagogia e nas licenciaturas, inclusive com estágio.	Sem alterações
9.13. Garantir que as ações para a EJA promovam alfabetização emancipadora e implementem cursos referentes às etapas e modalidades da Educação Básica, na forma presencial e nos períodos diurno e noturno.	Sem alterações

9.14. Adotar proposta pedagógica interdisciplinar, que leve em conta as vivências de jovens e adultos e os aspectos históricos, sociais, políticos, e culturais, por meio de processo de escolarização que respeite a relação teoria-prática e vise ao exercício pleno da cidadania.	
9.15. Assegurar que a rede estadual de ensino, em regime de colaboração com as demais entes federados, mantenha programas de atendimento e de formação, capacitação e habilitação de educadores de jovens e adultos, para atuar de acordo com o perfil deste alunado.	Sem alterações
9.16. Implementar, na EJA, a formação contínua dos profissionais em educação, a partir de proposta conjunta das instituições de Educação Superior e Institutos de Pesquisa.	Sem alterações
9.17. Garantir a alfabetização de jovens e adultos do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de recursos didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas, de acordo com as especificidades de cada região.	Sem alterações
Nova estratégia >	9.18 - Assegurar, até a vigência deste plano, a toda a população acima de 18 anos que tenha concluído o Ensino Fundamental, acesso ao Ensino Médio, público, gratuito e de qualidade.
Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.	Sem alterações
Estratégias da meta 10	
10.1. Fomentar, em regime de colaboração entre os entes federados, na educação de jovens e adultos, ações voltadas à conclusão da Educação Básica e à formação profissional inicial.	Sem alterações
10.2. Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, privadas de liberdade e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância.	Sem alterações
10.3. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Sem alterações
10.4. Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, trabalho, tecnologia e cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos.	Sem alterações
10.5. Fomentar a produção de material didático, desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e formação continuada dos profissionais da educação da rede pública estadual que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Sem alterações
10.6. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	Sem alterações
10.7. Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração, conforme previsto nas Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade.	Sem alterações
10.8. Articular a EJA com a educação profissional, com a participação conjunta de diferentes Secretarias estaduais.	Sem alterações
Meta 11 - Ampliar em 50% (cinquenta por cento) as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	Sem alterações
Estratégias da meta 11	
11.1. Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, levando em consideração a ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.	Sem alterações
11.2. Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio concomitante na rede pública estadual de ensino.	Sem alterações
11.3. Expandir a oferta diurna do ensino técnico na Rede Paula Souza, no modelo ETIM (Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio).	Sem alterações
11.4. Expandir a educação profissional e tecnológica pela modalidade de educação a distância, assegurando padrão de qualidade.	Sem alterações
11.5. Fomentar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional.	Sem alterações
11.6. Desenvolver sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas.	Sem alterações
11.7. Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede estadual, com adoção de ações para melhorias no currículo dos cursos e condições de infraestrutura.	11.7. Elevar gradualmente a taxa de conclusão dos cursos técnicos de nível médio na rede estadual, com adoção de ações para melhorias no currículo dos cursos, condições de infraestrutura, inclusão digital e a oferta da alimentação escolar.
11.7. Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede estadual, com adoção de ações para melhorias no currículo dos cursos e condições de infraestrutura.	Sem alterações
11.8. Garantir a formação continuada dos profissionais da educação do Ensino Médio, para atuarem na articulação com a educação profissional e tecnológica.	Sem alterações
11.9. Aumentar a articulação entre os órgãos públicos, as escolas privadas e as organizações não governamentais que ofertam educação profissional, com objetivo de melhorar as informações e ampliar a oferta de vagas.	Sem alterações
Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, asseguradas a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	Sem alterações
Estratégias da meta 12	
12.1. Promover, com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal, a expansão do Sistema Federal de Ensino Superior do Estado de São Paulo.	Sem alterações

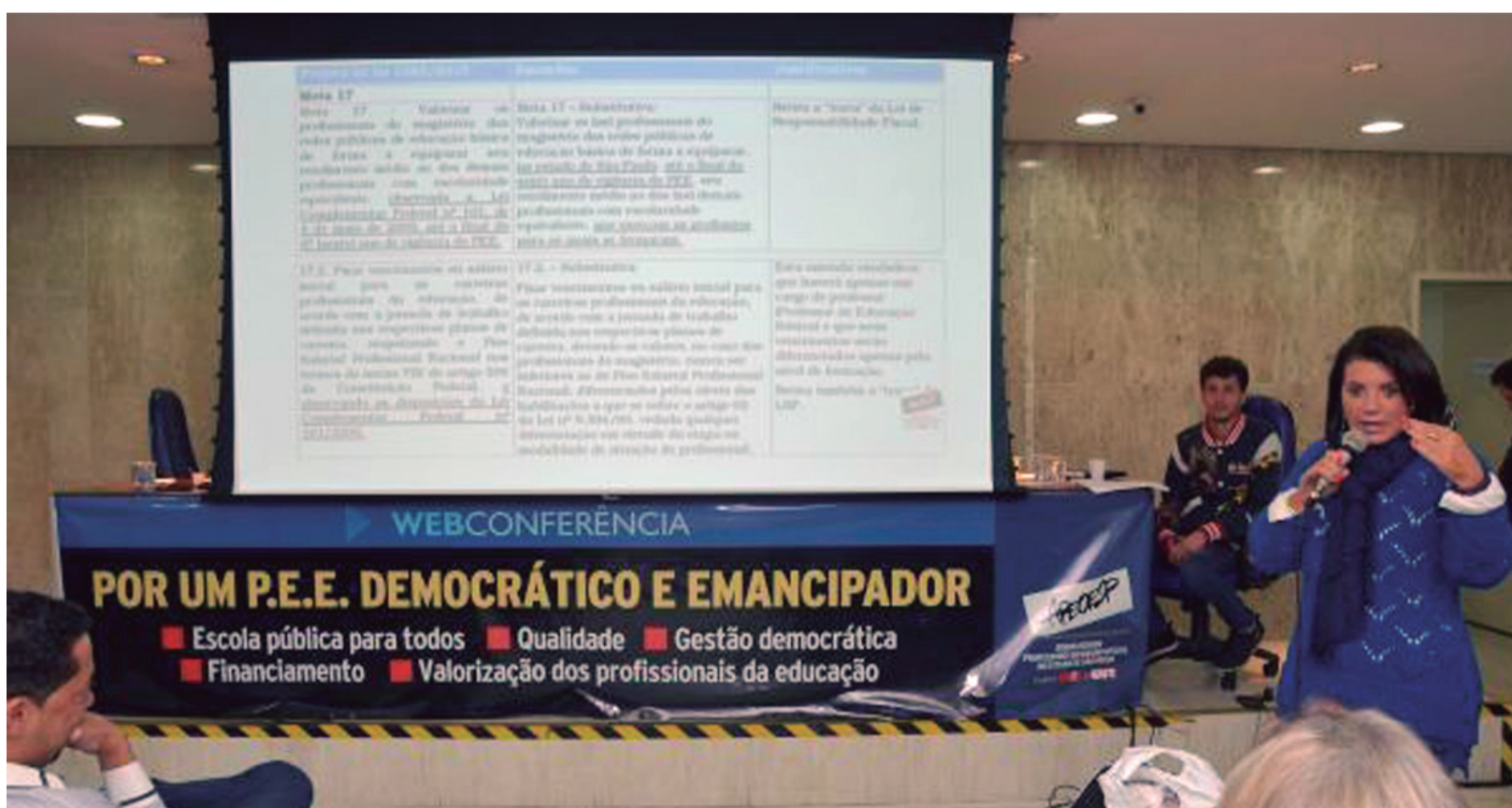
12.2. Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, incluídas as instituições municipais de ensino superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.	Sem alterações
12.3. Ampliar a oferta de vagas de nível superior, por meio da expansão e interiorização das universidades estaduais e Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, considerando a densidade populacional e a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência.	12.3. Ampliar a oferta de vagas de nível superior nas diversas áreas do conhecimento, por meio da expansão e interiorização das universidades estaduais e Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, considerando a densidade populacional de cada região administrativa e a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência.
12.3. Ampliar a oferta de vagas de nível superior, por meio da expansão e interiorização das universidades estaduais e Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, considerando a densidade populacional e a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência.	Sem alterações
12.4. Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas estaduais para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, 1/3 (um terço) das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.	Sem alterações
12.5. Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para formação de professores voltados à educação básica e atendimento ao déficit de profissionais em áreas específicas.	Sem alterações
12.6. Proporcionar condições e mecanismos para disponibilizar recursos aos estudantes do ensino superior durante sua permanência nos cursos.	Sem alterações
12.7. Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.	12.7. Ampliar, gradualmente, as políticas de inclusão e de assistência estudantil, a partir da oferta de moradia, transporte, alimentação, inclusão digital, creche e esporte, de acordo com as demandas específicas de cada região, dirigidas aos estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.
12.10. Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior pública, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas nas IES públicas estaduais e municipais.	12.10. Ampliar, na forma da lei, a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior pública, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, estabelecendo uma política de cotas sociais e raciais, até o 3º (terceiro) ano de vigência deste PEE, nas Instituições de Ensino Superior - IES públicas, estaduais e municipais.
12.8. Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.	Sem alterações
12.9. Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.	Sem alterações
2.14. Fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.	12.14. Fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação de ciências, matemática e licenciaturas, considerando as necessidades do desenvolvimento do Estado, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.
12.15. Assegurar a composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.	Sem alterações
12.16. Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública.	12.16. Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação como forma de superar exames vestibulares isolados.
12.17. Estimular a expansão e reestruturação das universidades estaduais existentes, com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão ao programa de reestruturação, na forma de regulamento.	Sem alterações
12.18. Expandir as matrículas de educação profissional tecnológica de nível superior das instituições estaduais, com sua vinculação a arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais e sua interiorização.	12.18. Expandir as matrículas de educação profissional tecnológica de nível superior das instituições estaduais, com sua vinculação a arranjos produtivos, sociais, culturais locais e regionais e sua interiorização, obedecendo a critérios de estrutura física e acadêmicos adequados ao ensino tecnológico.
12.19. Promover ações junto às instâncias deliberativas que visem a orientar e normatizar o funcionamento das instituições privadas de educação superior ou tecnológica, em face das diretrizes e metas propostas para o Sistema Estadual de Educação.	Sem alterações
12.20. Fomentar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional tecnológica de nível superior da rede escolar pública e do setor privado.	Sem alterações
Meta 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema Estadual de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores.	Sem alterações
13.1. Induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior públicas e privadas, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação e a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e dedicação do corpo docente	Sem alterações
13.2. Promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e normas próprias estabelecidas pelo órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino Superior, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação integral geral, educação para as relações interpessoais e de prática didática.	Sem alterações
13.3. Elevar o padrão de qualidade das universidades estaduais, instituições municipais de Ensino Superior e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pósgraduação "stricto sensu".	Sem alterações
13.4. Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas em potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Sem alterações
13.5. Elevar a qualidade da educação superior, por meio do aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, nas universidades públicas, para 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, para 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional.	Sem alterações

13.6. Promover a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior.	Sem alterações
13.7. Estabelecer convênio entre as instituições de Ensino Superior públicas do Estado e o MEC, para a implementação de programas de primeira e segunda licenciaturas aos professores das redes públicas municipais e estadual.	Sem alterações
Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação "stricto sensu", de modo a atingir, no mínimo, a titulação anual de 16.000 (dezesesseis mil) mestres e 9.000 (nove mil) doutores.	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação "stricto sensu", de modo a atingir, no mínimo, a titulação anual de 16.000 (dezesesseis mil) mestres e 9.000 (nove mil) doutores.
14.1. Expandir o financiamento da pós-graduação "stricto sensu" por meio das agências oficiais de fomento.	Sem alterações
14.2. Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	Sem alterações
14.3. Expandir a oferta de cursos de pós-graduação "stricto sensu" nas instituições de ensino superior públicas, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância	Sem alterações
14.4. Desenvolver programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação estadual, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	Sem alterações
14.5. Promover o intercâmbio científico e tecnológico, estadual, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.	Sem alterações
14.6. Implementar ações para redução de desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado.	14.6. Implementar ações, assegurando-as na forma da lei, para redução de desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas à programas de mestrado e doutorado.
14.7. Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.	Sem alterações
Nova estratégia >	14.8. Ampliar, gradativamente, as políticas de inclusão e de assistência estudantil, a partir da oferta de moradia, transporte, alimentação, inclusão digital, creche e esporte, de acordo com as demandas específicas de cada região, dirigidas aos estudantes de pós graduação de instituições públicas, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.
Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PEE, política estadual de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do "caput" do artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	Sem alterações
Estratégias da meta 15	
15.1 Propiciar formação aos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, sob os seguintes fundamentos: a) sólida formação inicial básica, que propicie o domínio dos saberes científicos, filosóficos, sociológicos, antropológicos, históricos, entre outros, articulados à prática pedagógica. b) associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados, capacitação em serviço e formação continuada. c) aproveitamento de formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. d) aos educadores já em exercício, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, a ser realizado durante a jornada de trabalho do profissional da educação (artigo 67, inciso V, da Lei nº 9.394/96).	Sem alterações
15.2. Assegurar, no próprio sistema ou em colaboração com os demais sistemas de ensino, a oferta de programas permanentes e regulares de formação continuada para aperfeiçoamento profissional, inclusive em nível de pós-graduação.	Sem alterações
15.3. Aprimorar programa de concessão de bolsas de estudos para formação dos profissionais da educação básica estadual em nível de pós-graduação.	Sem alterações
15.4. Instituir e manter programas de melhoria das condições dos estágios profissionais na rede estadual de ensino, por meio da concessão de bolsas e outros incentivos.	Sem alterações
15.5. Promover, preferencialmente em colaboração com outros sistemas de ensino, a universalização das exigências mínimas de formação para o exercício da profissão de todos os profissionais da educação escolar básica.	Sem alterações
15.6. Assegurar mecanismos de concessão de licenças para aperfeiçoamento e formação continuada, de modo a promover a qualificação sem ferir os interesses da aprendizagem dos estudantes.	Sem alterações
15.7. Assegurar programa de bolsas de estudos para professores de línguas estrangeiras para fins de aperfeiçoamento profissional no exterior.	Sem alterações
15.8. Constituir incentivos de progressão por qualificação do trabalho profissional, a partir da titulação e da habilitação profissional.	Sem alterações
Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PEE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do Sistema Estadual de Ensino.	Sem alterações
16.1. Promover e estimular a oferta de bolsas de estudo e a formação continuada para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica pública.	Sem alterações
16.2. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e dos municípios.	Sem alterações
16.3. Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.	Sem alterações
16.4. Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.	Sem alterações

16.5. Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.	Sem alterações
Meta 17 - Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, observada a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, até o final do 6º (sexto) ano de vigência do PEE.	Meta 17 – Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar, no Estado de São Paulo, até o final do sexto ano de vigência do PEE, seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.
Estratégias da meta 17	
17.1. Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar o rendimento médio dos profissionais que atuam nas diferentes redes de ensino, observada a Lei Complementar Federal nº 101/2000.	17.1 - Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar o rendimento médio dos profissionais que atuam nas diferentes redes de ensino.
17.2. Fixar vencimentos ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação, de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira, respeitando o Piso Salarial Profissional Nacional nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal, e observando as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000.	17.2. – Fixar vencimentos ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação, de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira, devendo os valores, no caso dos profissionais do magistério, nunca ser inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, diferenciados pelos níveis das habilitações a que se refere o artigo 62 da Lei nº 9.394/96, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de atuação do profissional.
17.3. Assegurar condições adequadas ao trabalho dos profissionais da educação, visando prevenir o adoecimento e promover a qualidade do ensino.	Sem alterações
17.4. Instituir apoio técnico que vise a melhorar as condições de trabalho dos educadores e erradicar e prevenir a incidência de doenças profissionais.	Sem alterações
17.5. Promover a participação de todos os atores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e prover políticas públicas voltadas ao bom desempenho profissional e à qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.	Sem alterações
17.6. Promover, na organização da rede escolar, até 2020, adequada relação numérica professor-estudante, de acordo com parâmetros legais.	17.6 – Regulamentar, nas redes públicas, até 2020, adequada relação numérica professor-estudante respeitados: os parâmetros definidos pelas autoridades sanitárias, as diretrizes pedagógicas, os diferentes níveis e modalidades de ensino e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.
17.7. Instituir, em cada esfera, estratégia e ações para assegurar o acesso dos profissionais da educação ao atendimento médico de qualidade.	Sem alterações
17.8. Ampliar a política e a formação dos profissionais que atuam nas escolas do sistema público estadual de educação na mediação de conflitos.	Sem alterações
Nova estratégia >	17.9 - Instituir comissão paritária prevendo a participação de todos os atores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas públicas voltadas ao bom desempenho profissional e à qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade;
Nova estratégia >	17.10. Realizar a revisão salarial anual dos vencimentos ou salários iniciais e das remunerações da carreira, na data-base, de modo a preservar o poder aquisitivo dos educadores, nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.
Meta 18 - Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.	Sem alterações
Estratégias da meta 18	
18.1. Elaborar e fazer constar nos planos de carreira as atribuições e competências dos respectivos cargos e funções dos profissionais da rede pública de educação básica.	Sem alterações
18.2. Elaborar, para a rede estadual de ensino um novo plano de carreira para os profissionais do Magistério, consolidando os dispositivos das Leis Complementares nº 444, de 27 de dezembro de 1985, nº 836, de 30 de dezembro de 1997, nº 958, de 13 de setembro de 2004, nº 1097, de 27 de outubro de 2009 e nº 1143, de 11 de julho de 2011.	18.2 – Elaborar, para a rede estadual de ensino, um novo plano de carreira para os profissionais da educação, com critérios de evolução e promoção que reconheçam e valorizem seu trabalho e sua experiência, tendo como objetivo a qualidade do ensino.
18.3. Estabelecer o cargo de Professor de Educação Básica na rede estadual para os que atuam nessa etapa de ensino.	Sem alterações
18.4. Viabilizar, no plano de carreira dos profissionais da rede pública de educação básica, a possibilidade de alcançar o nível salarial mais elevado até a aposentadoria.	Sem alterações
18.5. Realizar concursos públicos de provas e títulos para provimento qualificado de todos os cargos ou empregos públicos ocupados pelos profissionais da educação, na rede de ensino público.	Sem alterações
18.6. Com base nas propostas curriculares e na composição dos cargos de carreiras dos sistemas de ensino, estabelecer quadro de lotação de pessoal que inclua o número de vagas por cargo, região ou município, unidade escolar e outras unidades da Pasta, a partir do qual se preveja a realização dos concursos de ingresso, de remoção e de movimentação entre seus postos de trabalho.	Sem alterações
18.7. Assegurar, em regime de colaboração, curso de formação para o profissional ingressante.	Sem alterações
18.8. Instituir na rede jornada de trabalho preferencialmente em tempo integral, de forma gradual.	18.8 – Instituir de forma gradual jornada de trabalho preferencialmente em tempo integral de no máximo, 40 horas semanais.
18.9. Aplicar o disposto no artigo 2º da Lei Federal nº 11.738/2008, que determina que, na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os estudantes.	Sem alterações
18.10. Incentivar o Regime de Dedicção Plena e Exclusiva.	18.10 – Promover o Regime de Dedicção Plena e Exclusiva por meio de incentivos incorporáveis aos salários;
18.11. Estabelecer, no âmbito de cada sistema e rede de ensino, critérios objetivos para a movimentação dos profissionais entre unidades de classificação, tendo como base os interesses da aprendizagem dos estudantes. 18.12. Disciplinar aos profissionais atuando em regime de colaboração, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal, a remoção e o aproveitamento, quando da mudança de residência e da existência de vagas, sem prejuízos para os direitos dos servidores no respectivo quadro funcional.	Sem alterações
18.12. Disciplinar aos profissionais atuando em regime de colaboração, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal, a remoção e o aproveitamento, quando da mudança de residência e da existência de vagas, sem prejuízos para os direitos dos servidores no respectivo quadro funcional.	Sem alterações
18.13. Observar os requisitos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96 e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000, visando à correta caracterização das despesas com pagamento de pessoal.	18.13 – Observar os requisitos dos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/96, visando à correta caracterização das despesas com pagamento de pessoal como manutenção e desenvolvimento do ensino.
18.14. Respeitar, na rede estadual de ensino, o dispositivo constitucional de paridade, visando garantir a equidade com o respectivo cargo na ativa.	Sem alterações

18.15. Disciplinar, na forma da lei, regras de cálculo dos proventos dos servidores públicos estaduais pertencente a regime próprio de previdência.	Sem alterações
18.16. Cumprir as regras constitucionais de aposentadoria especial.	Sem alterações
18.17. Cumprir as demais regras constitucionais de aposentadoria a todos os profissionais da educação básica estadual.	Sem alterações
18.18. Disciplinar, na forma da lei, os direitos e deveres dos professores e demais profissionais readaptados.	Sem alterações
18.19. Assegurar, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.	18.19 – Assegurar o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.
Nova estratégia >	18.20 – Regulamentar, na forma da lei, a contratação de professores temporários de forma a equiparar seus direitos aos dos profissionais efetivos.
Meta 19 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da aprovação do PEE, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.	Meta 19 – Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da aprovação do PEE, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.
Estratégias da meta 19	
19.1. Estabelecer, no prazo de dois anos, legislação própria que regule a gestão democrática no âmbito dos sistemas de ensino.	Sem alterações
19.2. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, por meio de legislação estadual específica.	Sem alterações
19.3. Garantir que o provimento do cargo de Diretor das escolas públicas da rede estadual dar-se-á por critério meritório, conforme previsto na Constituição Federal - por concurso público de provas e títulos - para professores de carreira.	Sem alterações
19.4. Fomentar a expansão da oferta dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, conselhos de alimentação escolar, conselhos regionais, conselhos municipais e outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo aos colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.	Sem alterações
19.5. Fomentar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.	Sem alterações
19.6. Promover a participação dos profissionais da educação e demais segmentos na elaboração e no planejamento, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola e da rede de ensino pública.	Sem alterações
19.7. Estimular em todas as escolas, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais e mestres, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	Sem alterações
19.8. Fortalecer os Conselhos Escolares e os Conselhos Estadual e Municipais de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.	Sem alterações
19.8. Fortalecer os Conselhos Escolares e os Conselhos Estadual e Municipais de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.	19.8 – Estimular, aperfeiçoar e fortalecer espaços de participação na gestão democrática da educação, assegurando a representação de professores, pais, estudantes, funcionários e sociedade civil organizada.
Nova estratégia >	19.10 - Adequar, no prazo de dois anos a partir da promulgação deste PEE, a composição do Conselho Estadual de Educação, garantindo a participação dos diversos segmentos da comunidade educacional.
Meta 20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência do PEE e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.	Sem alterações
Estratégias da meta 20	
20.1. Ampliar as fontes de financiamento a partir de propostas de alteração no sistema tributário, que permitam maior disponibilização de recursos para a educação e assegurem maior justiça social, aplicando de forma efetiva e transparente os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.	Sem alterações
20.2. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do artigo 75 da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal do Estado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.	Sem alterações
20.3. Em ação conjunta com outras instâncias do Governo estadual, desenvolver estudos para alteração do sistema tributário que compõe as transferências constitucionais.	Sem alterações
20.4. Aplicar progressivamente recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino na remuneração dos profissionais da educação, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal.	20.4 - Aplicar progressivamente recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino na remuneração dos profissionais da educação.
20.5. Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino.	Sem alterações
20.6. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.	20.6 - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as secretarias de Educação do estado e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, do Estado e dos Municípios.
Nova estratégia >	20.7 - Ampliar as fontes de financiamento à educação pública, no Estado de São Paulo, por meio de mudanças no sistema tributário, que promovam e assegurem maior justiça social, aplicando de forma eficiente e transparente os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
Nova estratégia >	20.8 - Garantir que os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino sejam utilizados somente para este fim.

Meta 23: Viabilizar um novo modelo de formação para os profissionais da Secretaria da Educação, visando ao exercício do magistério e/ou das atividades relacionadas à gestão da educação básica, considerando os Quadros dos Servidores, a saber: Quadro do Magistério - QM, Quadro de Apoio Escolar - QAE e Quadro de Suporte Escolar - QSE, de acordo com a estrutura vigente.	Renumerada, passando a ser a meta 21, sem alterações de redação.
Estratégias da meta 21	
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.1. Desenvolver, em articulação com o Conselho Estadual da Educação e instituições de Ensino Superior, estudos e pesquisas que resultem em propostas de ações voltadas à formação inicial e continuada para os profissionais da rede estadual.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.2. Oportunizar, em articulação com o Conselho Estadual da Educação e instituições de Ensino Superior, ações de formação inicial para o magistério, visando à proposição de novos cursos e licenciaturas, em consonância com as diretrizes curriculares e os resultados das avaliações.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.3. Ofertar ações de formação continuada, visando o aprimoramento dos servidores pertencentes ao Quadro do Magistério, considerando suas necessidades específicas de atualização, e, em articulação com as instâncias responsáveis, proporcionar ações de melhoria da gestão pedagógica do processo ensino e aprendizagem.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.4. Incorporar, regulamente, as inovações na gestão administrativa e ofertar com regularidade ações de formação continuada, visando o aprimoramento da atuação dos servidores do QAE e QSE.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.5. Garantir, nas ações de formação continuada, a oferta de cursos e programas de educação à distância, buscando a melhor abordagem, formato e modelo, de acordo com a concepção pedagógica de cada ação de formação e desenvolvimento profissional;
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.6. Atualizar, institucionalizar e disponibilizar infraestrutura e tecnologias de ensino presencial, semipresencial e a distância para as ações de formação dos educadores e demais profissionais da educação
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.7. Planejar, gerenciar e executar ações de formação continuada, com foco no aprimoramento de todos os níveis de gestão da Secretaria da Educação e de todas as atividades meio, fins, serviços, programas da educação estadual pública.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.8. Planejar, gerenciar e executar ações e programas de formação continuada, com foco no Currículo Oficial do Estado de São Paulo, na gestão da sala de aula e liderança, em articulação com os resultados de aprendizagem dos alunos.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.9. Desenvolver, em articulação com órgãos de fomento e regulação do Ensino Superior, estudos e pesquisas, que resultem em propostas de ações voltadas à formação em pós graduação, "lato" e "stricto sensu", visando atender os servidores que atuam na rede estadual pública.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.10. Oportunizar ações de formação em nível de pós graduação, "lato" e "stricto sensu", visando atender os servidores que atuam na rede estadual pública.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.12. Realizar ações de formação continuada que articulem o ensino e a aprendizagem na Educação Básica a programas de pós-graduação, inclusive "stricto sensu", de modo a firmar um ciclo virtuoso entre a formação, currículo, avaliação e as necessidades da rede estadual de ensino.
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.13. Estimular e desenvolver linhas de pesquisa e disseminar resultados que atendam as necessidades da rede estadual de ensino, no que diz respeito ao desenvolvimento de competências e habilidades do professor associadas à aprendizagem dos conteúdos dispostos no Currículo Oficial do Estado de São Paulo, contemplando as quatro áreas de conhecimento (Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Linguagens), com base nos indicadores, tais como SARESP, IDESP, IDEB e PISA
Estratégia renumerada, sem alterações de redação >	21.14. Estimular e desenvolver linhas de pesquisa que atendam às necessidades da rede estadual de ensino, no que diz respeito ao desenvolvimento de competências e habilidades do gestor, com foco no aprimoramento de lideranças, que efetiva e eficazmente contribuam com o processo de ensino e aprendizagem, tendo como referência, inclusive, as diretrizes estabelecidas na política educacional.



EXPEDIENTE

DIRETORIA DA APEOESP – TRIÊNIO 2014/2017

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice-Presidente:** Fábio Santos de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Finanças:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Finanças Adjunta:** Maria Sufaneide Rodrigues; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretário de Patrimônio:** Miguel Noel Meirelles; **Secretária de Patrimônio Adjunta:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Richard Araujo; **Secretário de Comunicações:** Roberto Guido; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Silvío de Souza; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves (Afastado); **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Solange A. Benedeti Penha (Afastada); **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva (Afastado); **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretário de Políticas Sociais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretária para Assuntos de Aposentados:** Ana Lúcia

Santos Cugler; **Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:** Fátima da Silva Fernandes; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suely Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretária para Assuntos Municipais:** Nilceia Fleury Victorino; **Secretária para Assuntos Municipais Adjunta:** Mara Cristina de Almeida; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Obici; **Secretária de Organização para a Capital:** Silvana Soares de Assis; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Organização para o Interior:** Jorge Leonardo Paz (Afastado); **Secretária de Organização para o Interior:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretário de Organização para o Interior:** Sergio Martins da Cunha; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL

Ademar De Assis Camelo; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Altair De Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço Da Silva; Andre Luis Ferreira Da Silva; André Sapanos De Carvalho (Afastado); Andressa de Sousa R. Mesko; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem De Jesus Filho; Ariovaldo de Camargo; Ary Neves Da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes (Afastado); Carmen Luiza Urquiza De Souza; Claudelício dos Reis; Claudia Cristina Alves De Souza; Clodoaldo Rocha De Oliveira; Danilo Giacometti Paris (Afastado); Decio

Alves Da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa (Afastado); Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte (Afastado); Fabiana Ribeiro da Silva; Fabio Henrique Granados Sardinha (Afastado); Flaudio Azevedo Limas (Afastado); Floripes Ingracia Borioli Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Glaucia De Fátima Rodrigues; Idenilde De Almeida Conceicao; Janaina Rodrigues Prazeres; Jesse Pereira Felipe; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares Da Silva Neto (Afastado); José Francisco Da Silva; José Reinaldo De Matos Lima; Jovina Maria Da Silva; Jucinaldo Souza Azevedo (Afastado); Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal De Aguiar Penteado Neto (Afastado); Luis Antonio Nunes Da Horta (Afastado); Luiz Claudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Maíara Machado Rodrigues (Afastada); Marcos César da Costa; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Maria Margarete da Silva Oliveira; Mariana Coelho Rosa; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício (Afastado); Pedro Alberto V. de Oliveira; Pedro Paulo Vieira De Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquembegue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberta Iara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Ronald Torelli; Rosa Maria De Araujo Fiorentin; Sergio De Brito Garcia (Afastado); Sonia Aparecida Alves De Arruda; Suzi Da Silva (Afastada); Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Uilder Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira (Afastado); Vera Lucia Zirnberger (Afastada) e Wilson Augusto Fiuza Frazao.